

**PERSPECTIVAS INTEGRADAS: ESPORTE, LAZER E REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO MEIO ABERTO**

**INTEGRATED PERSPECTIVES: SPORTS, LEISURE, AND SOCIAL
REPRESENTATIONS IN THE OPEN ENVIRONMENT SOCIO-EDUCATIONAL
MEASURES**

Recebido em: 18/06/2024

Aceito em: 10/02/2025

Publicado em: 24/03/2025

Diana Galone Somer¹ 

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Alfredo Cesar Antunes² 

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Constantino Ribeiro de Oliveira Junior³ 

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Resumo: Este estudo teve como objetivo analisar a representação social do esporte e lazer nas medidas socioeducativas em meio aberto, como “Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida”, a partir de entrevistas com profissionais dos “Centro de Referência Especializados da Assistência Social” em cidades dos Campos Gerais no Paraná. Utilizou-se a “Análise de Conteúdo” de Bardin, a abordagem de Quivy e Campenhoudt, e o “Discurso do Sujeito Coletivo” de Lefèvre e Lefèvre como metodologias. Identificou-se que o esporte e o lazer desempenham um papel fundamental nas medidas socioeducativas. A intersectorialidade foi destacada como crucial para superar a fragmentação das políticas públicas, permitindo a colaboração entre diferentes setores. A análise das respostas dos profissionais revelou que existe uma representação social quanto a falta de atividades de esporte e lazer, e a dificuldade de comunicação entre os serviços (Assistência Social, Saúde e Educação), principais desafios, diagnosticados, destacando que há apenas esporte e lazer no ambiente escolar e a insuficiência da prática da intersectorialidade como aspecto crítico para aprimorar as medidas socioeducativas. Conclui-se que políticas públicas bem geridas e a colaboração entre diferentes setores são essenciais para promover a inclusão social e o desenvolvimento integral dos adolescentes em conflito com a lei.

Palavras-chave: Intersetorialidade, Políticas Públicas, Adolescentes, Direitos Sociais, Inclusão Social.

Abstract: This study aimed to analyze the social representation of the sports and leisure, in the open socio-educational measures, such as "Community Service and Assisted Freedom," based on interviews with professionals from the "Specialized Reference Centers of Social Assistance" in cities of Campos Gerais, Paraná. Bardin's "Content Analysis," the approach of Quivy and Campenhoudt, and the "Collective Subject Discourse" by Lefèvre and Lefèvre were used as methodologies. It was identified that sports and leisure play a fundamental role in socio-educational measures. Intersectoriality was highlighted as crucial for overcoming the fragmentation of public policies, enabling collaboration between different sectors. The analysis of the professionals' responses revealed a social representation regarding the lack of sports and leisure activities, and the difficulty of

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Bolsista da CAPES. E-mail: dianassomer@gmail.com.

² Doutor em Ciências do Esporte/Educação Física pela UNICAMP, pós-doutorado em Psicologia Social pela UERJ (Bolsa Fundação Araucária/Pr). Professor associado do Departamento de Educação Física e professor permanente do Programa Interdisciplinar de Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: alfredo.cesar@hotmail.com

³ Doutor em Educação Física (Estudos do Lazer) pela UNICAMP, Professor Adjunto do Curso de Educação Física e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) E-mail: constantino@uepg.br

communication between services (Social Assistance, Health, and Education) as the main challenges. It was noted that sports and leisure are only present in the school environment, and the insufficient practice of intersectoriality was seen as a critical aspect for improving socio-educational measures. It is concluded that well-managed public policies and collaboration between different sectors are essential for promoting social inclusion and the integral development of adolescents in conflict with the law.

Keyword: Intersectoriality, Public Policies, Adolescents, Social Rights, Social Inclusion.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 reconheceu o esporte como um direito fundamental, reforçando seu papel na educação e na promoção da cidadania. Esse marco, impulsionado pela redemocratização, fortaleceu os estudos sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer e estabeleceu a responsabilidade do Estado em desenvolver programas nessas áreas (Starepravo, 2011), garantindo o direito ao lazer e à qualidade de vida. No entanto, Gomes e Isayama (2015) apontam que, ao contrário de outros direitos, a Constituição não especifica diretrizes ou regras institucionais para a efetivação do lazer na sociedade brasileira.

Nesse contexto, Micaliski e Zamboni (2023) explicam que o esporte é reconhecido como uma das maiores manifestações socioculturais do mundo, envolvendo múltiplos significados e influências. Para aprofundar essa compreensão, Marchi Júnior (2015) propôs o *Modelo Analítico dos 5 Es*, que interliga Emoção, Estética, Ética, Espetáculo e Educação, ampliando a análise do papel do esporte na sociedade. Diferente de uma visão estritamente normativa, esse modelo enfatiza um princípio formativo, permitindo entender o esporte não apenas como prática competitiva, mas também como ferramenta educacional e social.

A estruturação institucional do esporte no Brasil ainda esbarra em diversas barreiras que limitam seu desenvolvimento. O foco excessivo no alto rendimento esportivo (Veronez, 2005), a visão assistencialista e utilitarista do esporte e lazer (Linhales, 2001) e a baixa prioridade dessas áreas nas políticas sociais (Marcellino, 2001; Amaral, 2004) são entraves recorrentes.

Somam-se a esses obstáculos a escassez de instalações esportivas e as dificuldades de acesso (Melo, 2003; Melo; Peres, 2006), a falta de planejamento e de profissionais qualificados (Mezzadri *et al.*, 2007) e a priorização do volume de eventos em detrimento da efetividade das políticas (Cavichioli, 1996) comprometem o avanço do setor. Essa limitação reflete-se também no cenário educacional, onde currículos tradicionalmente estruturados silenciam sobre a inclusão e a adaptação das práticas de ensino, resultando em abordagens que desconsideram as especificidades dos(as) educandos(as) (Jucá; Maldonado, 2024). Dessa forma, ainda que os espaços de pesquisa e gestão tenham autonomia, persistem desafios para consolidar políticas públicas que assegurem o acesso equitativo ao esporte e lazer.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece claramente o direito das crianças e adolescentes à proteção, vida, saúde, liberdade para brincar, praticar esportes e se divertir. Esse direito está previsto nos artigos 7 e 16 do ECA, reforçando a importância do esporte e do lazer no desenvolvimento integral desse público.

As políticas públicas materializam estratégias governamentais voltadas a grupos sociais específicos, influenciadas pelo Estado e pela sociedade civil (Höfling, 2001). Segundo Brandt (2018), o contexto histórico e político pode gerar abordagens estatais distintas, moldadas por diferentes paradigmas teóricos. Frigotto (2000) ressalta que as mudanças das décadas de 1980 e 1990 impactaram a educação, influenciando políticas e práticas pedagógicas. A análise da gestão escolar exige considerar eficácia, eficiência e efetividade para compreender os resultados educacionais em seu contexto social e político.

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), instituído pela Lei nº 12.594/2012, complementa o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e orienta a aplicação de medidas socioeducativas a adolescentes que cometeram atos infracionais. Com base nos direitos humanos, o SINASE propõe ações pedagógicas voltadas à responsabilização e integração social desses jovens (Conselho Nacional de Justiça, 2019). As medidas incluem atendimento em meio aberto, semiliberdade e internação, com a participação ativa da família, comunidade e Estado.

As medidas socioeducativas, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), são aplicadas pelo juiz da Infância e Juventude conforme a gravidade do ato infracional e a capacidade do adolescente de cumpri-las. Entre elas estão a advertência (art. 115), a reparação do dano (art. 116), a prestação de serviços à comunidade (art. 117), a liberdade assistida (arts. 118 e 119), a semiliberdade (art. 120) e a internação, esta última adotada de forma excepcional e com limite de três anos (arts. 121 a 125). Cada medida busca equilibrar responsabilização e reintegração social, garantindo o desenvolvimento do adolescente.

A aplicação das medidas socioeducativas deve ir além da punição, considerando o adolescente como pessoa em desenvolvimento. Além de responsabilizá-lo, essas medidas revelam falhas do Estado na garantia de direitos fundamentais, muitas vezes ligadas à trajetória infracional. Por isso, é essencial que as políticas socioeducativas priorizem a prevenção e promovam a inclusão social.

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC, 2023) retomou a coleta de dados sobre adolescentes em restrição e privação de liberdade no Brasil, preenchendo uma lacuna desde 2017, quando a Política Nacional de Atendimento Socioeducativo deixou de

contar com um levantamento abrangente. As informações mais recentes, referentes a 2023, oferecem um panorama das medidas socioeducativas em regime fechado em todas as unidades federativas.

O levantamento aponta uma redução significativa no número de adolescentes em privação de liberdade, de 24.803 em 2017 para 11.556 em 2023. A Secretaria Nacional da Criança e do Adolescente (SNDCA/MDHC) reconhece essa queda, mas ressalta a ausência de acompanhamento contínuo para identificar os fatores envolvidos.

Segundo Barros e Carvalho (2023) o *Anuário 2023* atualiza os dados sobre as medidas socioeducativas em meio fechado no Brasil, abrangendo internação, internação provisória, internação sanção e semiliberdade. Os números seguem em queda desde 2016, tendência confirmada também pelo *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, apontando mudanças no cenário socioeducativo.

Embora a publicação desses dados seja fundamental para a formulação de políticas públicas mais eficazes, o levantamento focou exclusivamente nas medidas em meio fechado. Medidas socioeducativas em meio aberto, como advertência, reparação do dano, prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida, não foram quantificadas, apesar de seu caráter pedagógico e seu papel na ressocialização dos adolescentes. A falta desses dados limita a compreensão do impacto dessas medidas e reforça a necessidade de um monitoramento mais amplo e contínuo.

Estudos recentes de Silva e Macedo (2020) têm destacado a importância dessas medidas, especialmente no que se refere ao esporte, lazer e atividades comunitárias. Essas atividades podem contribuir para o fortalecimento de vínculos sociais, o desenvolvimento de habilidades e a reinserção do adolescente na comunidade.

Além disso, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida permitem que o adolescente assuma responsabilidades e repare, de alguma forma, os danos causados. Ainda os estudos como os de Antunes e Silva (2018), Antunes e Silva (2018a) e Zanella, Lara e Cabrito (2019) direcionam seus esforços para compreender a importância do esporte e lazer no meio aberto, prestação de serviços à comunidade (PSC) e liberdade assistida (LA).

Embora haja pouca pesquisa sobre esporte e lazer nas medidas socioeducativas em meio aberto, alguns estudos têm abordado tanto o meio fechado quanto o aberto, como os trabalhos de Trentin, Silvestre e Amaral (2018), Leal, Fernandes e Onofre (2020), Oliveira *et al.* (2020), Oliveira *et al.* (2020a) e Gerent e Walz (2022), que em suas investigações demonstram a relevância do esporte e lazer no sistema socioeducativo.

Oliveira *et al.* (2020) evidenciam essa lacuna ao analisar a produção científica sobre o tema, ressaltando a necessidade de ampliar estudos sobre sua aplicação em meio aberto. Diante disso, esta pesquisa busca contribuir com novas perspectivas para políticas e práticas socioeducativas, reafirmando o papel essencial do esporte e do lazer no desenvolvimento dos adolescentes em conflito com a lei.

Á vista disso, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais de 2009, desempenha um papel crucial ao acompanhar adolescentes em medidas socioeducativas em meio aberto, como Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA), foco deste estudo.

Essa integração entre a coleta de dados e o acompanhamento dos adolescentes é fundamental para garantir a efetividade das ações previstas no SINASE, no artigo 8, uma política pública destinada ao atendimento de adolescentes e jovens autores de atos infracionais e suas famílias, abrangendo áreas como educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho, esporte e lazer.

Marques (2015) e Leonardi, Berger e Reverdito (2019) concordam unanimemente sobre o papel central do esporte como fenômeno sociocultural. Ambos reconhecem sua capacidade única de promover práticas culturais em escala global e adaptar-se a diversas culturas e contextos, além de seu potencial em mobilizar interesse acadêmico e social, contribuindo para o desenvolvimento positivo dos jovens.

Nesse contexto, Silva, Barbosa e Cruz (2024) afirmam que a legislação brasileira estabelece diretrizes para a formulação e implementação de políticas públicas com abordagem intersetorial, fundamentando juridicamente as ações dos entes federativos e suas instituições. A intersetorialidade, descrita no Documento Resolução nº 119/2006-SINASE como uma prática de gestão a ser incentivada, serve também como estratégia de poder e forma de acesso aos direitos sociais concedidos às crianças e adolescentes (Silva; Ziliotto; Feitosa, 2018).

Junqueira (1998) destaca a descentralização municipal como essencial para a intersetorialidade, sem ignorar os demais níveis de governo. Andrade (2006) reforça essa visão, apontando que a complexidade das políticas exige integração multinível e cooperação com a sociedade civil. O Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância (2024) amplia essa perspectiva ao identificar governos, ONGs e agências internacionais como formuladores de políticas, enquanto os profissionais da ponta garantem sua implementação junto aos beneficiários.

Este estudo teve como objetivo geral analisar a representação social do esporte, lazer nas medidas socioeducativas em meio aberto, especificamente Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA), nas cidades dos Campos Gerais, Paraná. Para isso, foram traçados dois objetivos específicos: averiguar a relação entre esporte, lazer e medidas socioeducativas a partir da perspectiva dos profissionais dos CREAS nos municípios de Ponta Grossa, Carambeí e Palmeira; e investigar os desafios da intersetorialidade na implementação dessas políticas.

Para tal, serão utilizadas Análise de Conteúdo de Bardin, a abordagem de Quivy e Campenhoudt, o Discurso do Sujeito Coletivo de Lefèvre e Lefèvre e a Teoria das Representações Sociais de Moscovici. A combinação dessas metodologias permitirá uma análise rigorosa e abrangente, destacando as semelhanças e diferenças entre as abordagens.

A Análise de Conteúdo de Bardin (2011) permitirá a categorização e codificação do material, identificando temas importantes e proporcionando uma análise sistemática de documentos. A abordagem de Quivy e Campenhoudt (2008) facilitará a coleta de dados em profundidade através de entrevistas e observações. Por fim, o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) de Lefèvre e Lefèvre (2005, 2012) organizará depoimentos individuais em discursos-síntese, representando o pensamento coletivo.

Moscovici (2012) define as representações sociais como um conhecimento do senso comum, construído coletivamente, que visa tornar familiar algo não familiar, sendo influenciadas pela cultura, comunicação e relações sociais. Os processos de ancoragem e objetivação propostos por Moscovici (2012) são fundamentais para a construção das representações sociais.

Jovchelovitch (2024) explica que a teoria das representações sociais de Moscovici organiza o mundo material e social dos indivíduos, além de facilitar a comunicação dentro da comunidade. Essas representações, fundamentais para a vida, são continuamente criadas e transformadas pela comunicação pública, conectando ciência e senso comum, racionalidade e experiência, emoção e sociedade (Jovchelovitch, 2024).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo investiga a relação entre esporte, lazer e medidas socioeducativas em meio aberto (PSC e LA) nos Campos Gerais, Paraná. Foram realizadas entrevistas com quatro profissionais dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) em Ponta Grossa (CREAS I e CREAS II), Palmeira e Carambeí, no estado do Paraná, Brasil.

A escolha dos municípios de Carambeí e Palmeira se justifica pela posição estratégica de Ponta Grossa, um dos maiores municípios da região dos Campos Gerais, que concentra uma grande oferta de serviços socioeducativos e políticas públicas intersetoriais. Nesse contexto, Carambeí e Palmeira, por serem municípios de menor porte e localizados próximos a Ponta Grossa, oferecem uma oportunidade valiosa para analisar a implementação dessas políticas em diferentes escalas territoriais.

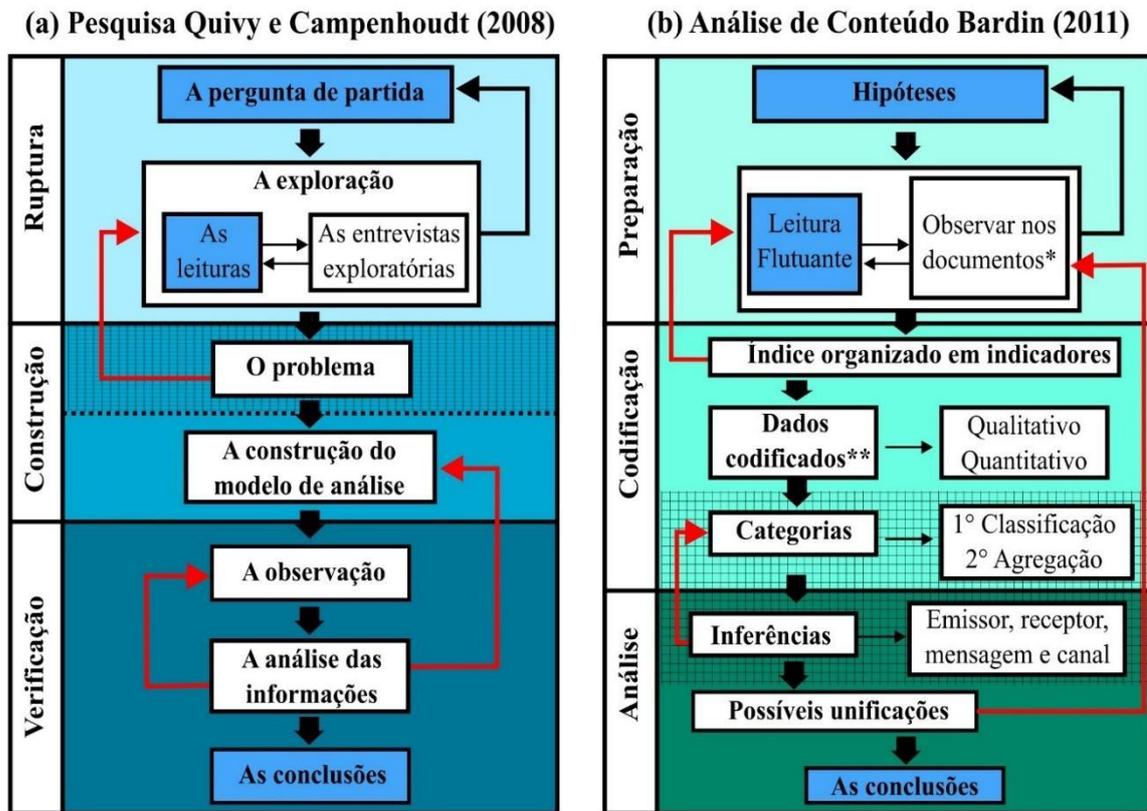
Para tanto, foram empregadas duas metodologias complementares que abrangem desde a fase inicial de ruptura e preparação até a verificação e análise dos dados. A primeira metodologia é baseada nas etapas de pesquisa delineadas por Quivy e Campenhoudt (2008) organizadas em três atos epistemológicos cruciais, esquematizados em forma de fluxograma na Figura 1(a): ruptura, construção e verificação.

Para concretizar esses atos, Quivy e Campenhoudt (2008) sugerem a execução de sete etapas interligadas, destacadas nos retângulos da coluna do lado direito, que são: a pergunta de partida, a exploração, a problemática, a construção do método de análise, a observação, a análise das informações e as conclusões.

A segunda metodologia adotada é a análise de conteúdo de Bardin (2011) apresentada na Figura 1(b) com o intuito de destacar as semelhanças (destacadas em azul escuro) e diferenças entre as duas metodologias, evidenciando como elas se complementam em suas abordagens. Assim, a figura 1(b) foi desenvolvida com base na análise de conteúdo de Bardin (2011), abrangendo as fases (ou atos) de pré-análise (preparação), exploração do material (codificação), tratamento dos resultados e interpretação dos dados (análise).

A malhas quadriculada na figura 1(a) representa duas etapas diferentes interligadas em um mesmo ato da pesquisa enquanto que a malha quadriculada na figura 1(b) representa duas etapas interligadas em fases diferentes da pesquisa.

Imagem 1 – Fluxograma das metodologias de pesquisa de (a) adaptadas de Quivy e Campenhoudt (2008), e (b) para o trabalho de Bardin (2011). Etapas semelhantes estão destacadas em azul. * Observar nos documentos as etapas exaustividade; representatividade; homogeneidade; pertinência e exclusividade. ** Dados codificados em temas, palavras ou frases



Fonte: Elaborado pelos autores (2025) com base em Quivy e Campenhoudt (2008) e Bardin (2011)

A ruptura, de acordo com Quivy e Campenhoudt (2008), consiste precisamente em romper com preconceitos e desmistificar concepções errôneas. Esta etapa representa a primeira ação no processo de pesquisa, eliminando ilusões que podem obscurecer a compreensão adequada do tema em estudo. Desse modo a 1ª etapa é a pergunta de partida, Quivy e Campenhoudt (2008): a pergunta de partida é essencial para direcionar a pesquisa, surgindo de observações, identificação de um problema ou formulação de uma hipótese.

Por sua vez, Bardin (2011) destaca a leitura flutuante como o momento inicial de contato com os documentos, fase em que hipóteses e objetivos são elaborados. Com base em Quivy e Campenhoudt (2008) e Bardin (2011) a pergunta realizada foi, qual a relação entre esporte e lazer e as medidas socioeducativas em meio aberto (PSC e La) nas cidades dos Campos Gerais, Paraná?

Logo, a 2ª etapa a exploração, Quivy e Campenhoudt (2008), o ato de procedimento por meio das “leituras”. Segundo Bardin (2011), a pré-análise, nomeada na imagem de preparação,

ocorre as leituras flutuantes dos documentos, observando: exaustividade; representatividade; homogeneidade; pertinência e exclusividade. Com base em Quivy e Campenhoudt (2008) e Bardin (2011), realizou-se a revisão sistemática de literatura: busca em artigos, teses e dissertações publicados entre 1990 e 2021 nas bases de dados Capes, Scielo, Google Acadêmico e Banco de Teses e Dissertações da Capes.

Na 3^o etapa a problematização, segundo Quivy e Campenhoudt (2008), o pesquisador identifica e delimita o problema a ser investigado, considerando as informações obtidas na etapa anterior. Para Bardin (2011) o índice organizado em indicadores desempenha um papel crucial. Este índice é uma lista de categorias predefinidas que serve como guia para a análise, ajudando a estruturar e orientar a interpretação dos dados coletados. Com base em Quivy e Campenhoudt (2008) e Bardin (2011), houve identificação de uma lacuna de estudos sobre a interseção entre esporte, lazer e medidas socioeducativas em meio aberto.

A construção, segundo Quivy e Campenhoudt (2008), envolve a delimitação do problema de pesquisa e a escolha do método de análise, permitindo a formulação de proposições explicativas e a definição do plano de pesquisa. Esse rigor metodológico garante uma experimentação válida, fundamentada em lógica e conceitos sólidos. Bardin (2011) complementa ao enfatizar a codificação dos dados, processo essencial para organizar e estruturar o material coletado, transformando informações em unidades significativas, como temas, palavras ou frases, que orientam a análise.

Na 4^o etapa o método de análise, Quivy e Campenhoudt (2008), nesta fase, o pesquisador determina o método para coleta e análise dos dados, levando em conta a natureza do problema e as particularidades do objeto de estudo. A pesquisa exploratória com entrevistas não padronizadas, conforme preconizado por Gil (2008). Essa pesquisa oferece uma visão inicial aproximada de temas pouco explorados, auxiliando na formulação de hipóteses (Gil, 2008).

Ainda, é empregado, segundo Lefèvre, Lefèvre e Teixeira (2000), o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) é uma síntese de fragmentos de discursos individuais com sentidos semelhantes. Como técnica, o DSC envolve operações sobre depoimentos individuais ou outro material verbal, resultando em depoimentos coletivos. Esses depoimentos são construídos com trechos literais significativos dos diferentes discursos que compartilham sentidos semelhantes (Lefèvre; Lefèvre, 2012).

Para Bardin (2011), 4^o etapa do método de análise, a exploração do material envolveu codificação quantitativa e qualitativa. O projeto de pesquisa foi submetido à avaliação ética

pelo Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), (CAAE: 61571922.4.0000.0105). Aprovada no dia 26 de agosto de 2022, sob parecer nº 5.606.393.

A verificação confere *status* científico a uma proposição ao ser corroborada pelos fatos, constituindo a terceira etapa do processo (Quivy; Campenhoudt, 2008). Na 5ª etapa, a observação, o pesquisador coletam dados conforme o método definido previamente, analisando o objeto de estudo em seu contexto real. Com base em entrevistas não padronizadas com quatro profissionais do CREAS, os achados confirmam a literatura sobre a ausência de esporte e lazer nas medidas socioeducativas em meio aberto, PSC e LA.

Adicionalmente, introduziu-se uma nova dimensão: a intersetorialidade (Draibe, 2018, p. 488). Segundo Bardin (2011), na 5ª etapa, a codificação quantitativa é a agregação das características comuns, derivada da leitura flutuante, foram destacadas: a categoria “articulação dos serviços da rede - saúde, educação e assistência social, intersetorialidade”. A codificação qualitativa - classificação por critérios de inclusão e exclusão, revelou as categorias "esporte e lazer", "ato infracional e medida socioeducativa" e “política pública”.

Na 6ª etapa, a análise das informações, Quivy e Campenhoudt (2008) destacam o processamento e interpretação dos dados para esclarecer a questão de pesquisa. Bardin (2011) reforça a inferência como técnica central na análise de conteúdo, combinando dedução e hermenêutica controlada. Essa abordagem permite desde cálculos quantitativos até a extração de modelos, considerando elementos como emissor, receptor, mensagem e canal, possibilitando uma interpretação crítica dos dados.

Na 7ª etapa as conclusões, conforme Quivy e Campenhoudt (2008), apresentam os resultados junto com suas implicações práticas e teóricas, enfatizando a interdependência das etapas do processo de pesquisa para garantir coesão e integração. Bardin (2011) destaca a importância de comparar enunciados e ações para identificar unificações e semelhanças entre temas distintos. Ele diferencia proposições, baseadas em dados e passíveis de verificação, de conceitos, que variam em precisão. Na análise dos dados, recomenda retornar ao referencial teórico para embasar as interpretações e revelar significados subjacentes por meio de inferências.

RESULTADO

O levantamento bibliográfico encontrou oito artigos examinando a relação entre esportes e lazer nas medidas socioeducativas em ambientes de meio aberto; destes oito artigos,

apenas três se concentraram no meio aberto. Em seu estudo de 2018, Trentin, Silvestre e Amaral enfatizaram tanto o meio fechado quanto o meio aberto, enfatizando a Liberdade Assistida (LA) e o papel do lazer como um direito social para adolescentes em conflito com a lei.

Leal, Fernandes e Onofre (2020) examinaram os métodos e como as atividades esportivas e de lazer podem mudar as atitudes e valores dos adolescentes. Em “Adolescentes e conduta infracional: espaços, equipamentos e conteúdo de esportes e lazer”, Oliveira et al. (2020a) examinaram as atividades de lazer e esportes em um município específico. Eles destacaram a falta de recursos e a importância das bibliotecas públicas como locais essenciais para o desenvolvimento intelectual dos adolescentes.

Gerent e Walz (2022) discutiram o papel da mulher na socioeducação, destacando como os ambientes educacionais impactam as oportunidades culturais e esportivas dos adolescentes. Antunes e Silva (2018) realizaram um estudo de caso sobre um projeto esportivo social em meio aberto. Por outro lado, Antunes e Silva (2018a) apresentaram as perspectivas dos profissionais do CREAS sobre o papel do esporte nas medidas socioeducativas de PSC e LA, destacando sua importância para a ressocialização. Zanella, Lara e Cabrito (2019) estudaram como as atividades de lazer e esportivas podem ser integradas na educação integral das pessoas.

Dessa forma, a pesquisa buscou evidenciar os desafios da intersetorialidade em municípios com menor estrutura e recursos. Para isso, foram entrevistados quatro profissionais do CREAS, selecionados por seu envolvimento direto com adolescentes em medidas socioeducativas de PSC e LA. Os resultados dessas entrevistas estão detalhados no Quadro 1, que destaca os profissionais identificados como A, B, C e D, as duas perguntas realizadas (1 e 2), as Expressões-Chave (ECH), as Ideias Centrais (IC), o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) de Lefèvre e Lefèvre (2005, 2012) e os conceitos de ancoragem e objetivação de Moscovici (2012).

Quadro 01 - Identifica os profissionais A, B, C e D e apresenta duas perguntas realizadas a eles (1 e 2). Destaca as Expressões-Chave (ECH) e as Ideias Centrais (IC), utilizando o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) de Lefèvre e Lefèvre (2005, 2012) e os conceitos de ancoragem e objetivação de Moscovici (2012).

Profissional (A, B, C e D) e perguntas (1 e 2)	Expressões-Chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragem	Objetivação
(A) - 1- O que você acha sobre o esporte e o lazer nos serviços para adolescentes em medidas socioeducativas em meio aberto? 2- Quais são as principais dificuldades do serviço?	1- Não temos atividades de esporte e lazer para esses adolescentes. Eles geralmente só têm essas oportunidades nos espaços escolares ou de colégios. 2- A dificuldade de comunicação de articulação dos serviços da rede, especialmente no que diz respeito à intersetorialidade entre saúde, educação e assistência social. Esta falta de integração resulta no dia a dia em dificuldades na prestação de serviços e na proteção integral dos adolescentes.	1-Não tem atividades de esporte e lazer. 2- Dificuldade de comunicação	1- Ambiente escolar. 2- Intersetorialidade.	1-Eles geralmente só têm essas oportunidades nos espaços escolares ou de colégios. 2- Falta de integração resulta no dia a dia em dificuldades na prestação de serviços e na proteção integral dos adolescentes.
(B) - 1- O que você acha sobre o esporte e o lazer nos serviços para adolescentes em medidas socioeducativas em meio aberto? 2- Quais são as principais	1-Muitos adolescentes em medidas socioeducativas em meio aberto não têm acesso a instalações esportivas ou programas de lazer fora do ambiente escolar. Não temos infraestrutura. 2-A dificuldade de comunicação entre os diferentes setores, como saúde, educação e assistência social, dificuldades da coordenação e implementação de ações integradas a intersetorialidade para	1-Não tem atividades de esporte e lazer. 2- Dificuldade de comunicação	1- Ambiente escolar. 2- Intersetorialidade.	1-Acesso a instalações esportivas ou programas de lazer falta de infraestrutura. 2- Os diferentes setores, como saúde, educação e assistência social, dificuldades da coordenação e implementação de ações integradas.

dificuldades do serviço?	atender às necessidades dos adolescentes.			
(C) - 1- O que você acha sobre o esporte e o lazer nos serviços para adolescentes em medidas socioeducativas em meio aberto? 2- Quais são as principais dificuldades do serviço?	1- A prática regular de esportes e atividades de lazer pode ter efeitos positivos na saúde mental e emocional dos adolescentes, mas nós não temos, eles devem ter essas atividades na escola. 2-A escassez de recursos, falta de profissionais aliada à dificuldade de comunicar e cooperação entre os setores, resulta em uma subutilização dos serviços disponíveis. Isso compromete a capacidade de atender integralmente os adolescentes em medidas socioeducativas não havendo uma intersetorialidade no serviço.	1-Não tem atividades de esporte e lazer. 2- Dificuldade de comunicação	1- Ambiente escolar. 2- Intersetorialidade.	1-Efeitos positivos na saúde mental e emocional dos adolescentes. 2- A escassez de recursos, falta de profissionais aliada à dificuldade de comunicar e cooperação entre os setores, resulta em uma subutilização dos serviços disponíveis.
(D) - 1- O que você acha sobre o esporte e o lazer nos serviços para adolescentes em medidas socioeducativas em meio aberto? 2- Quais são as principais dificuldades do serviço?	1-Não temos, mas é importante o esporte e lazer, eles devem ter com as atividades escolar isso deve ajudar a melhorar o desempenho deles. 2- A burocracia excessiva e a fragmentação administrativa a dificuldade dos setores de comunicar, não há intersetorialidade dos serviços da saúde, assistência e a educação impedem a criação de fluxos de trabalho integrados, retardando a resposta às demandas dos adolescentes e reduzindo a eficácia das intervenções socioeducativas.	1-Não tem atividades de esporte e lazer. 2- Dificuldade de comunicação	1- Ambiente escolar. 2- Intersetorialidade.	1-Melhorar o desempenho deles. 2- A burocracia excessiva e a fragmentação administrativa.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

DISCUSSÃO

O ato infracional, praticado por adolescentes, é definido como uma conduta descrita como crime ou contravenção penal. Qualquer ação ou omissão que viole normas penais sujeita o adolescente a medidas socioeducativas, que variam desde advertência até internação em estabelecimento educacional e são determinadas pelo juiz da vara da infância e juventude. Essas medidas, regulamentadas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), visam à educação e reintegração social do adolescente, prevenindo a reincidência e promovendo a ressocialização, conforme diretrizes do ECA e do SINASE.

O mecanismo de responsabilização do adolescente autor de ato infracional possui um caráter pedagógico e coercitivo. Embora classificado juridicamente como medida educativa (Costa, 2015), também apresenta aspectos punitivos e coercitivos, aproximando-se das penas (Silva, 2006). Ventura (2014), Jacques (2015) e Behr (2016) apontam que a coerção reforça práticas repressivas e discursos moralizantes que ampliam desigualdades. O juiz equilibra os interesses do Estado e a legalidade, enquanto a polícia combina repressão e prevenção em interação com a comunidade (Bandeira, 2006).

Silva, Somer e Marcondes (2023) destacam o policiamento comunitário como estratégia educativa, promovendo a corresponsabilidade na proteção de crianças e adolescentes. Para Castro *et al.* (2024), a infração juvenil, caracterizada por atos infracionais cometidos por menores de 18 anos (Haddad, 2020), reflete desigualdades sociais e estruturais. Diante disso, a Polícia Militar desempenha um papel essencial, equilibrando segurança pública e proteção de direitos, atuando tanto na contenção de infrações quanto na mediação de conflitos e no desenvolvimento de abordagens mais humanitárias e pedagógicas (Castro *et al.*, 2024).

A intersetorialidade é essencial para superar a centralização e fragmentação das políticas públicas, promovendo o desenvolvimento cívico e cooperativo de adolescentes em medidas socioeducativas. Nesse contexto, Antunes e Silva (2018) analisam o meio aberto, evidenciando a relação entre esporte e ações socioeducativas, destacando seu papel na redução do impacto negativo das medidas. Antunes e Silva (2018a) apontam que profissionais do CREAS defendem a inclusão do esporte como ferramenta de desenvolvimento ético e moral, apesar da falta de avaliações sistemáticas. Já Zanella, Lara e Cabrito (2019) discutem a incorporação do lazer e do esporte na educação integral, ressaltando sua abordagem não sistemática e sua conexão com a cultura como cultivo.

Trentin, Silvestre e Amaral (2018) analisam, meio fechado e aberto, a visão de agentes pedagógicos sobre o lazer de adolescentes em medidas socioeducativas em Campinas, destacando sua importância tanto como ferramenta educacional quanto como um direito. O estudo ressalta o lazer como alívio das pressões institucionais. Oliveira et al. (2020) exploram a interseção entre políticas socioeducativas e atividades esportivas, apontando que a restrição de tempo dos adolescentes impacta seu acesso ao esporte e lazer. Já Leal, Fernandes e Onofre (2020) investigam a relação entre programas socioeducativos e atividades esportivas ou de lazer, enfatizando sua relevância para o desenvolvimento e integração social dos jovens.

No artigo, Oliveira *et.al.* (2020a) destacam a relação entre as medidas socioeducativas e as atividades esportivas e de lazer, ressaltando sua influência positiva sobre os adolescentes. Além disso, enfatizam a importância de aprimorar as atividades de lazer e esportivas nos programas que implementam essas medidas, tanto em ambientes abertos quanto fechados. No artigo de pesquisa, Gerent e Walz (2022) evidenciam a relação entre as medidas socioeducativas e o acesso dos adolescentes a atividades esportivas e de lazer. Eles ressaltam que a participação dos adolescentes em atividades culturais e esportivas aumenta significativamente quando estão na escola.

É importante destacar que as entrevistas com quatro profissionais empregaram no quadro 1, a teoria das representações sociais de Moscovici (2012) e o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) de Lefèvre e Lefèvre (2005, 2012). Ambas as abordagens buscam acessar e representar o conhecimento do senso comum, que é socialmente construído.

Assim, em relação às respostas das duas perguntas analisadas no Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) - "O que você acha sobre o esporte e o lazer nos serviços para adolescentes em medidas socioeducativas em meio aberto?" e "Quais são as principais dificuldades do serviço?" - foram identificadas as seguintes Ideias Centrais (IC) com base nas Expressões-Chave (ECH). Para a primeira pergunta, a IC foi "Não há atividades de esporte e lazer", enquanto para a segunda pergunta, a IC foi "Dificuldade de comunicação".

De tal modo, a fragilidade do conhecimento "disponível limita o desenvolvimento de ações e as decisões no âmbito das políticas públicas para o acesso do adolescente ao esporte e o lazer, seja no contexto socioeducativo ou no percurso para não adentrar ao sistema" (Oliveira, 2020, p. 252). Neste contexto, onde os desafios enfrentados pelos adolescentes se diversificam, a articulação entre diferentes setores é crucial para potencializar as políticas públicas do Estado com abordagens variadas e conhecimentos diversos, atendendo às necessidades reais desse

grupo social (Silva; Barbosa; Cruz, 2024). Segundo os autores, a estratégia de intersetorialidade emerge como um caminho eficaz e promissor para assegurar os direitos desses jovens.

Em relação à ancoragem, os profissionais entrevistados no contexto das medidas socioeducativas em meio aberto (LA e PSC) concordam nas respostas da primeira pergunta que não há atividades de esporte e lazer no CREAS, ancorando (afirmando) que os adolescentes possuem essas atividades apenas no “ambiente escolar”. Para a segunda pergunta os profissionais trouxeram a dificuldade de comunicação entre os setores (Assistência Social, Educação e Saúde) ancorando o principal desafio na “intersetorialidade”.

Moscovici (2012) explica que ancorar envolve "classificar e dar nome a alguma coisa", ou seja, é o ato de atribuir significado e dar sentido a algo desconhecido, tornando-o familiar e integrado ao sistema de pensamento preexistente do indivíduo. A ancoragem aproximou os sujeitos dos três municípios ao objeto (Esporte e Lazer). Os profissionais trouxeram o não familiar a se tornar familiar (Moscovici, 2012).

A intersetorialidade, ligada à análise de Frigotto (2000) sobre a importância da eficácia, eficiência e efetividade na gestão escolar e nas políticas educacionais, é essencial para compreender os resultados em contextos políticos e sociais específicos. Esse enfoque também é aplicável a outras políticas públicas, como as de esporte e lazer, que necessitam de uma gestão igualmente eficaz, eficiente e efetiva para maximizar seu impacto positivo na formação integral dos jovens. Gomes e Isayama (2015) ressaltam que a concretização dos direitos sociais, como o lazer, por meio de políticas sociais comprometidas com a intersetorialidade, é essencial para a cidadania plena e a dignidade humana.

Rangel Souza Oliveira, Schmidt Silva Portéro e Ramacciotti (2021) destacam o papel fundamental da Política Pública de Assistência Social na proteção de populações vulneráveis e na promoção da cidadania. Apesar das legislações como ECA, SINASE, Sistema Único de Saúde (SUS) e a Política de Assistência Social (PNAS) reforçarem a importância da intersetorialidade, sua implementação no Brasil ainda é limitada (Bidarra; Cesconeto, 2020). Superar essas dificuldades é essencial para garantir a proteção integral dos adolescentes, conforme apontam Silva, Silva e Brito (2023), que ressaltam os entraves na gestão e articulação entre os atores responsáveis.

O ECA propõe uma abordagem socioeducativa que prioriza a reeducação e reintegração dos adolescentes, garantindo igualdade de tratamento independentemente das condições socioeconômicas (Santana; Terra, 2023). No entanto, desafios como a falta de capacitação de

agentes e infraestrutura precária comprometem sua eficácia. O sistema socioeducativo depende da integração entre setores e da articulação entre saúde, educação, esporte, lazer, assistência social e justiça, assegurando a proteção dos adolescentes e fortalecendo a intersectorialidade prevista no ECA e no SINASE (Silva; Barbosa; Cruz, 2024). Cárdena (2022) e Fachine (2020) concordam que políticas integradas são mais eficazes. Segundo a Casa Civil (Brasil, 2018), políticas públicas envolvem programas governamentais coordenados para fornecer serviços à sociedade, financiados por recursos diversos.

No que diz respeito à objetivação, destacam-se as respostas dos profissionais:

Profissional A: Eles geralmente só têm essas oportunidades nos espaços escolares ou colégios (Resp.1). Falta de integração resulta em dificuldades na prestação de serviços e na proteção integral dos adolescentes (Resp.2). A naturalização ocorre quando conceitos abstratos são percebidos como parte da realidade, como a crença de que as oportunidades se restringem à escola, o que pode gerar aceitação passiva e limitar a busca por alternativas.

Profissional B: Acesso a instalações esportivas ou programas de lazer é limitado pela falta de infraestrutura (Resp.1). Os diferentes setores, como saúde, educação e assistência social, enfrentam dificuldades de coordenação e implementação de ações integradas (Resp.2). A formação do núcleo figurativo ocorre quando indivíduos utilizam experiências prévias para interpretar novas situações. A falta de infraestrutura esportiva e dificuldades na coordenação entre setores tornam-se referências para compreender a realidade social.

Profissional C: Há efeitos positivos na saúde mental e emocional dos adolescentes (Resp.1). A escassez de recursos e falta de profissionais, aliada à dificuldade de comunicação e cooperação entre setores, resulta em subutilização dos serviços disponíveis (Resp.2). A formação do núcleo figurativo influencia a percepção dos benefícios da saúde mental, que pode ser reforçada por relatos positivos, mas também afetada pela escassez de recursos, levando a uma visão mais cética sobre os serviços disponíveis.

Profissional D: Melhorar o desempenho dos adolescentes (Resp.1). A burocracia excessiva e a fragmentação administrativa são problemas significativos (Resp.2). A naturalização ocorre quando conceitos abstratos são assimilados como parte da realidade. A crença na importância da melhoria do desempenho pode se fortalecer com resultados positivos, enquanto a percepção da burocracia como obstáculo inevitável pode levar à resignação. Isso perpetua uma cultura onde dificuldades administrativas são vistas como normais, adiando avanços educacionais.

Moscovici (2012) delinea que a objetivação é o processo pelo qual o que era abstrato se torna concreto e familiar, materializando-se em imagens e metáforas que passam a integrar o universo consensual dos indivíduos. Esse processo é essencial para a compreensão da formação das representações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou a relação entre esporte, lazer e medidas socioeducativas em meio aberto, com foco na Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e na Liberdade Assistida (LA) nas cidades dos Campos Gerais, Paraná. A partir das entrevistas com profissionais dos CREAS, evidenciou-se a ausência dessas atividades nos serviços socioeducativos e os desafios na implementação dessas políticas.

A pesquisa revelou dificuldades estruturais e a falta de articulação entre assistência social, educação e saúde, comprometendo a efetividade das medidas socioeducativas. A escassez de infraestrutura e a fragmentação entre os setores dificultam a oferta de esporte e lazer como instrumentos de ressocialização.

Os resultados indicam que a integração dessas atividades pode trazer benefícios significativos para o desenvolvimento e reintegração dos adolescentes. No entanto, a falta de avaliações sistemáticas e investimentos adequados limita sua implementação. A análise bibliográfica reforça essa lacuna, com apenas oito artigos identificados, dos quais três abordam o meio aberto, evidenciando a necessidade de ampliar o debate sobre o tema.

A análise das respostas dos profissionais dos CREAS de Ponta Grossa, Palmeira e Carambeí confirmou que a ausência de esporte e lazer e a dificuldade de comunicação entre os setores são os principais entraves para uma política socioeducativa mais efetiva. Esses desafios reforçam a necessidade de uma abordagem intersetorial que integre diferentes áreas para garantir a efetividade das medidas socioeducativas.

A ancoragem no ambiente escolar e a intersetorialidade são fatores críticos para aprimorar as práticas socioeducativas. A limitação do acesso ao esporte e lazer fora da escola evidencia a fragmentação das políticas públicas, ressaltando a necessidade de fortalecer a articulação entre assistência social, educação e saúde. Nesse contexto, ancorar significa integrar o desconhecido ao pensamento preexistente, garantindo que o esporte e o lazer sejam reconhecidos e implementados como elementos essenciais na ressocialização dos adolescentes.

A objetivação das dificuldades e dos benefícios das medidas socioeducativas foi exemplificada nas respostas dos profissionais entrevistados. Eles destacaram a necessidade de

melhor infraestrutura, recursos e comunicação entre setores para melhorar a prestação de serviços e proteger integralmente os adolescentes. A compreensão e materialização desses desafios e soluções são essenciais para o desenvolvimento de políticas mais eficazes e justas. Igualmente, o ato de objetivar, consiste em reproduzir o conceito de uma imagem e transformar noções, ideias e imagens em realidade tangível.

As representações sociais construídas pela ancoragem e objetivação são fundamentais para a formação das percepções dos profissionais. Ao trazer suas próprias experiências do ambiente de trabalho, os profissionais podem utilizar essas representações sociais como ponto de partida para entender e lidar com as situações com as quais se deparam.

A intersetorialidade surge como uma estratégia fundamental para superar a centralização e fragmentação das políticas públicas. A colaboração entre diferentes setores, como educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho, esporte e lazer e segurança pública, é essencial para criar uma rede de apoio que promova a proteção integral e o desenvolvimento dos adolescentes. Quando implementadas de forma integrada, essas políticas tornam-se mais eficazes na garantia de direitos e na construção de oportunidades.

Portanto, este estudo destaca a importância de políticas públicas bem geridas no esporte e lazer eficazes para a reintegração social dos adolescentes em conflito com a lei. A intersetorialidade e a colaboração entre diferentes setores são cruciais para superar os desafios atuais e garantir que essas políticas cumpram seu papel de transformar a realidade desses jovens, promovendo sua inclusão social e desenvolvimento integral.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Brasil/CAPES/Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Sílvia Cristina Franco. Políticas Públicas. In: GOMES, Christianne Luce (Org). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ANDRADE, Luiz Odorico Monteiro. **A saúde e o dilema da intersetorialidade**. São Paulo: Hucitec, 2006.

ANTUNES, S. E.; SILVA, O. G.T. Entendimentos e concepções dos profissionais do CREAS sobre o papel do esporte nas medidas socioeducativas PSC e LA. **Revista Brasileira de ciências do Esporte**, v.40, n.2, p.170–176, 2018a. DOI:

<https://doi.org/10.1016/j.rbce.2017.10.002>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbce/a/jwxvxPNtznKjydFHnq5FkDS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2024.

ANTUNES, S. E.; SILVA, O. G.T. O esporte na Ressocialização de Jovens em conflito com a lei: Um estudo de Caso. **Pensar a Prática**, v. 21, n. 1, p.168-177, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5216/rpp.v21i1.46586>. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fe/article/view/46586/pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BANDEIRA, Marcos. **Atos infracionais e medidas socioeducativas**: uma leitura dogmática, crítica e constitucional. Ilhéus. Editus, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: LDA. Almedina, 2011.

BARROS, Betina Warmling; CARVALHO, Thais. O sistema socioeducativo entre a queda do número de internações e a ameaça das Parcerias Público-Privadas. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, p. 328-333, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/08/anuario-2023-texto-15-o-sistema-socioeducativo-entre-a-queda-do-numero-de-internacoes-e-a-ameaca-das-parcerias-publico-privadas.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2025.

BEHR, Mariana Torres. **Ressignificando o papel do educador no contexto das medidas socioeducativas**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília.2016. Disponível em: https://www.ciespi.org.br/media/files/fcea049a8ec4d511ecbe6e5141d3afd01c/f38bebece4c4d711ecbe6e5141d3afd01c/TD19ACI025_2016.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

BIDARRA Z.S.; CESCONETO E.A. Articulação extensão e pesquisa para construção da intersectorialidade entre políticas sociais no município de Toledo-PR. **Expressa Extensão**, v. 25, n. 1, p. 05-16, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/expressaextensao/article/view/17099/10872>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRANDT, Viviana de Camargo. **O impacto das políticas sociais na trajetória de vida de adolescentes em conflito com a lei**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Rio Claro, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/3f4ee359-ce04-4c20-81f2-9b6e49d0619b/content>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, **Brasília**, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília. novembro de 2009.

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. SINASE. Diário Oficial da União, Brasília, Distrito Federal.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. **Definição de políticas públicas.** Presidência da República. Casa Civil, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/governanca/comite-interministerial-de-governanca/arquivos/avaliacao-de-politicas-publicas-guia-pratico-de-analise-ex-post.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2024.

CAVICHIOILLI, Fernando Renato. **Políticas públicas para o esporte e lazer:** tentativa de mudanças. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, 1996.

COSTA, C. Dimensões da Medida Socioeducativa: entre o Sancionatório e o Pedagógico. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 14, n. 1, p. 62-73, 2015. DOI: 10.15448/1677-9509.2015.1.16858. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/admin,+05.+Dimens%C3%B5es+da+Medida+Socioeducativa%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/admin,+05.+Dimens%C3%B5es+da+Medida+Socioeducativa%20(3).pdf). Acesso em: 10 jun. 2024.

CASTRO, Elton Neves *et al.* Delinquência Juvenil e o Papel da Polícia Militar: Limites Legais e Desafios Impostos pelo ECA. In: FERREIRA, Bruno Silva (org.) **Perspectivas na Legislação Penal Especial:** Aplicabilidade empírica na Polícia Militar do Maranhão. São Paulo: Art Mutatis Mutandis Editora, 2024.

COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA (2024). **Estudo nº 13: Intersetorialidade nas políticas públicas para a primeira infância:** desafios e oportunidades. Núcleo Ciência Pela Infância, 2024. Disponível em: <https://www.ncpi.org.br>. Acesso em: 03 fevereiro de 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) **Serviço:** o que são medidas socioeducativas? 2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-o-que-sao-medidas-socioeducativas/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CÁRDENA, R. N et al. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: DA TEORIA AOS PROGRAMAS E PROJETOS DE INTERVENÇÃO. **Licere.** v.25, n.3, p. 292-328, 2022. DOI: <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2022.41714> Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/41714/31809>. Acesso em: 10 jun. 2024.

DRAIBE, Sonia Miriam. Intersetorialidade. In: GIOVANNI, Geraldo Di.; NOGUEIRA Marco Aurélio (Org.). **Dicionário de política públicas.** Editora UNESP, 2018.

FECHINE, Basílio Rommel Almeida et al. (Org.) **Política e cultura em educação física, esporte e lazer. Fortaleza:** IFCE, 2020. Disponível em: https://ifce.edu.br/proen/defe/livro_politicasifce.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 2000.

GERENT, L. C.; WALZ, S. R. Protagonismo feminino no ato infracional: o perfil das adolescentes em uma unidade de medidas socioeducativas de

- Joinville/SC. **Desidades**, n.34: p. 239-255, 2022. DOI:
<https://doi.org/10.54948/desidades.v0i34.46056>. Disponível em:
<https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades/article/view/46056/31438>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008.
- GOMES, Christianne Luce; ISAYAMA, Hélder Ferreira (Orgs.). **O Direito Social ao Lazer no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015. 234 p.
- HADDAD, M. Delinquência juvenil: causas e consequências. **Academia.edu**. 2020. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/delinquencia-juvenil-causas-e-consequencias/1126004597>. Acesso em: 03 fev. 2025.
- HÖFLING, E.M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**. v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgipc5YsHq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- JACQUES, Luciana Gomes de Lima. **Medidas Socioeducativas em meio aberto em Guaíba: entre pressupostos e significados**. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em:
<https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7194/1/000467149-Texto%2BCompleto-0.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- JOVCHELOVITCH, S. The Power of the Idea: The legacy of Serge Moscovici. Éditions de la Maison des sciences de l homme. Disponível em:
<https://books.openedition.org/editionsmsmh/26520>. Acesso em: 10 de jun. 2024.
- JUCÁ, L. G.; MALDONADO, D. T. A relação entre Educação Física escolar e Inclusão: uma Revisão Integrativa. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 22, p. 1-36, 2024. DOI
<http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2024v22e59193> Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/59193/44791>. Acesso em: 04 fev. 2025.
- JUNQUEIRA, L. A. P. Descentralização e Intersetorialidade: a Construção de um Modelo de Gestão Municipal. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 2, n. 32, 1998. Disponível em: <https://acervo.enap.gov.br/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=19123>. Acesso em: 10 de jun. 2024.
- LEAL, I. G.; FERNANDES, J.R.; ONOFRE, E.M.C. Estratégias metodológicas no contexto de medidas socioeducativas: mapeamento em teses e dissertações brasileiras (2003-2017). **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.18, n.4, p. 1980-2007out./dez. 2020. DOI:
<https://doi.org/10.23925/1809-3876.2020v18i4p1980-2007>. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/43666/33979>. Acesso em: 10 jun. 2024.

LEFÈVRE, Fernando.; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. **O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (Desdobramentos)**. Caxias do Sul: Educs, 2005.

LEFÈVRE, Fernando.; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. **Pesquisa de representação social: um enfoque quali-quantitativo**. Brasília: Liber Livro, 2012.

LEFÈVRE, Fernando e LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti e TEIXEIRA, Jorge Juarez Vieira. **O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa**. Caxias do Sul: EDUCS, 2000.

LINHALES, Meily Assbu. Jogos da política, jogos do esporte: subsídios à reflexão sobre políticas públicas para o setor esportivo. In: MARCELINO, Nelson Carvalho. **Lazer e esporte: políticas públicas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

LEONARDI, Thiago José; BERGER, Artur Goulart.; REVERDITO, Riller Silva. Esporte Contemporâneo e os Novos Desafios à Pedagogia do Esporte. In: BETTINE, Marco.; GUTIERREZ, Gustavo Luiz. **Esporte e sociedade: um olhar a partir da globalização**. São Paulo: IEA-USP, 2019. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/206125/001111420.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 jun. 2024

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e esporte: políticas públicas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

MARCHI JÚNIOR, W. O esporte “Em Cena”: Perspectivas Históricas e interpretações conceituais para a construção de um modelo analítico. **Curitiba**, v. 5, n. 1, p. 46-67, 2015.

MARQUES, R. F.R. O CONCEITO DE ESPORTE COMO FENÔMENO GLOBALIZADO: PLURALIDADE E CONTROVÉRSIAS. **Revista Observatório Del Delporto**, v. 1, n. 1, p. 147-185. 2015 Disponível em:

http://www.eferp.usp.br/sites/default/files/paginas/o_conceito_de_esporte_como_fenomeno_globalizado.pdf. Acesso em: 16 abr. 2024.

MELO, V. A. A cidade, o cidadão, o lazer e a animação cultural. **Licere**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 82-92. 2003. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2003.1455>. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1455/1022>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MELO, V. A.; PERES, F. F. Espaço, lazer e política: desigualdades na distribuição de equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Digital - Buenos Aires**, v. 10, n. 93, 2006. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd93/rio.htm>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MEZZADRI, F. M.; STAREPRAVO F. A.; PRIVADO, R.R.; GUIMARÃES, L. **Políticas públicas para o esporte e o lazer nas cidades do estado do Paraná**. 2007. Disponível em: <https://cdsa.academica.org/000-066/1919.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MICALISKI, E. L.; ZAMBONI, K. J. Modelo analítico do esporte 5 es: uma revisão de escopo. **Revista da ALESDE**, Curitiba, v. 15, n. 1, p. 176-190, outubro 2023.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. (MDHC) 2023.

Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt->

br/assuntos/noticias/2023/dezembro/apos-6-anos-sem-levantamento-dados-sobre-a-politica-nacional-de-atendimento-socioeducativo-sao-divulgados-pelo-mdhc.Acesso em: 21 mai. 2024.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2012.

OLIVEIRA, Ueliton Peres de. *et.al.* O Esporte e o Lazer em Contextos de Medidas Socioeducativas no Brasil: panorama e análise da produção científica. **Revista Licere**, Belo Horizonte, v.23, n.4, p.249- 277, 2020. DOI: <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2020.26680> . Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/26680/20381>. Acesso em: 10 jun. 2024.

OLIVEIRA, Ueliton Peres de. *et.al.* Adolescentes e conduta infracional: espaços, equipamentos e conteúdos de esporte e lazer. **Movimento**, v.26, p.02-17, 2020a. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.102733>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/102733>. Acesso em: 10 jun. 2024.

QUIVY, Raymond.; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Gradiva, 2008.

RANGEL SOUZA OLIVEIRA, M. I.; SCHMIDT SILVA PORTÉRO, C.; MARIA LUCCHESI RAMACCIOTTI, B. A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E OS DILEMAS DE SEU CARÁTER PÚBLICO. **Revista De Estudos Interdisciplinares**, v.3, n. 4, p. 32-49, 2021. Disponível em: <https://revistas.cceinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/242/210>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SANTANA, L. M; TERRA, J. L. As Medidas Socioeducativas e a Ressocialização do Menor Infrator. **Revista ft, Ciências Sociais**, Direito, São Paulo, v. 20, p. 45-58, 2023. Disponível em: <https://revistaft.com.br/as-medidas-socioeducativas-e-a-ressocializacao-do-menor-infrator/> Acesso em: 03 fev. 2025.

SILVA, Antônio Fernando do Amaral. O estatuto da criança e do adolescente e o sistema de responsabilidade penal juvenil ou o mito da imputabilidade penal. In: **Justiça, adolescente e ato infracional; socioeducação e responsabilização**. São Paulo: ILANUD, 2006.

SILVA, V. A.L.; SILVA, M. C. M., BRITO, R. O. Os Conselhos Tutelares e o direito à educação de crianças e adolescentes no contexto do Distrito Federal. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v.16, n.10, p. 24521-24535, 2023. DOI: <https://doi.org/10.55905/revconv.16n.10-340>. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/2537/1978>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SILVA. J. B.; BARBOSA, E.S.; CRUZ. M.C.M.T. Intersetorialidade, medidas socioeducativas e legislação brasileira. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v.17, n.4, p. 01-16, 2024. DOI: <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.4-120>. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/5990/4172>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SILVA, B. Í. B. M.; MACEDO, J.P. Municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto: o CREAS na cena do debate. **Rev. psicol. polít.** v.20 n.47,2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v20n47/v20n47a09.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SILVA, S.C.; SOMER, D.G.; MARCONDES, P. C. A atuação da patrulha escolar comunitária no município de Ponta Grossa à luz da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v.17, n.2, p.10-33, 2023. DOI: <https://doi.org/10.31060/rbsp.2023.v17.n2.1535>. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1535/745>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SILVA, Alex Sandro da.; ZILLOTTO, Flávia Palmieri de Oliveira.; FEITOSA, Juliana Biazze. **Cadernos de socioeducação: bases teórico-metodológicas da socioeducação**. Curitiba, PR: Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, 2018. Disponível em: https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/Caderno_BA SES_digital.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

STAREPRAVO, F. A. **Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: Aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos políticos/burocráticos e científico/acadêmico**. 2011. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: <http://www.pgdef.ufpr.br/downloads/TESES/2011/Tese%20Fernando%20Augusto%20Starepravo.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

TRENTIN, D.F.L.; SILVESTRE, B.M.; AMARAL, S.C.F. Juventudes e medida socioeducativa: o olhar dos Agentes Pedagógicos sobre as práticas de lazer. **Pensar a Prática**, v.21, n. 4, p.877-889, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5216/rpp.v21i4.50848>. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/feff/article/view/50848/pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

VENTURA, Tatiane Andrade. **O atendimento às medidas socioeducativas no âmbito do sistema único de assistência social (SUAS)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/566/1/455740.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. **Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição Federal de 1988**. 2005. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas. Campinas, 2005. DOI: 10.47749/T/UNICAMP.2005.351917. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/veronez_luizfernandocamargo_d.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

ZANELLA, M. N.; LARA, A.M.B.; CABRITO, B.G. Educação social e escolar e o direito à Educação na medida socioeducativa. **EccoS – Rev. Cient**, n. 48, p.155-173, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5585/eccos.n48.11431>. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/11431/6623>. Acesso em: 10 jun. 2024.